

R\$ 5

O DIA

ANO 15
Nº 4.625

19 a 25/09/2024

Contrato de quase R\$ 8 mi

Licitação prevê custo anual de R\$ 7,9 milhões para merenda escolar destinada à rede estadual em Marília **P2**

HERCULÂNDIA

Richard Itapuã tem candidatura rejeitada

Candidato a prefeito de Herculândia tenta reverter a situação com recurso contra a impugnação de seu registro

Página 5

UNIMAR GARANTE AVANÇO EM PESQUISAS

Programa de Pós-graduação da Unimar faz parceria com universidade do Maranhão para abertura de uma nova turma de doutorado em Direito **P6**



Câmara de Quintana: candidatas mulheres são 32% **P5**

REVISÃO ORDINÁRIA

Estado de São Paulo prevê a revisão de contratos de concessão a cada quatro anos; cidadão pode apresentar pedido

Página 7

Norton Emerson



Marília terá audiências

Fazenda e Saúde apresentam as contas das pastas no próximo dia 27 de setembro na Câmara **P3**

ALERTA

Estado de São Paulo aplica mais de R\$ 25 milhões em multas

Operação SP Sem Fogo atuou contra crimes relacionados a queimadas criminosas; dados são de janeiro a setembro

Governo de SP



Foram atendidas 2.392 ocorrências e vistoriados 2.159 focos de incêndio em vegetação

TSE



Digital será aproveitada

Mesmo sem biometria cadastrada, eleitores poderão utilizar a digital graças a convênio do Estado **P4**

Edital para merenda escolar da rede estadual prevê contrato de R\$ 7,9 mi

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

A Prefeitura de Marília abriu novo edital, desta vez para atender demanda da Secretaria Municipal da Educação, com a finalidade de contratação de empresa para prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, para manipulação de alimentos e preparo de refeições para distribuição aos alunos da rede estadual de ensino.

A vencedora do certame, que será realizado no dia 2 de outubro, deverá firmar um contrato anual com o município para a prestação do serviço. O valor máximo estimado é de R\$ 7.931.680,32, o que representa um custo mensal de R\$ 660.973,36, de acordo com o edital 082/2024.

A rede estadual em Marília conta com 38 escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo uma de Ensino Técnico

(Etec) e o CEEJA (Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos), com 16.559 alunos matriculados. Diariamente, são oferecidas 26.243 refeições, de acordo com informações do estudo técnico que compõe a documentação do edital.

Nas 17 escolas de período integral os alunos recebem café da manhã, almoço e lanche da tarde. As 21 escolas de período parcial (diurno e noturno), servem um lanche como refeição.

A definição da quantidade de profissionais necessária para o atendimento nas unidades escolares leva em conta o número de alunos, diz o estudo técnico. Assim, a contratada deverá manter no quadro de funcionários 108 cozinheiras com regime de trabalho integral, quatro cozinheiras com regime de trabalho meio período e quatro nutricionistas. O

trabalho inclui a higienização da área de alimentação e dos equipamentos, cujos materiais necessários serão fornecidos pelas unidades escolares.

Este ano, a Secretaria Estadual da Educação aumentou em até 39,95% a verba destinada à alimentação escolar de estudantes matriculados em unidades da rede em 493 municípios paulistas conveniados para o gerenciamento da alimentação escolar.

O valor do repasse diário

do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para os municípios de São Paulo será de R\$ 1,60 por aluno do ensino regular e R\$ 5,50 para os alunos do ensino integral. O valor repassado pelo estado de São Paulo, somado ao valor transferido pelo governo federal, deve garantir que os estudantes do ensino regular recebam alimentação que atenda a 20% das necessidades nutricionais diárias, e os do ensino integral, 70%.

Governo de SP



Merenda atende a 20% das necessidades nutricionais de alunos do ensino regular



ANPD lança Guia sobre **Legítimo Interesse**
DPOnet implementa os novos requisitos em tempo recorde ✓

Agilidade e eficiência na implementação de boas práticas e atualizações da Lei!
[Confira no blog](#)





Você sabe
Como dar o destino correto para os seus equipamentos na hora de descartar?



Fazenda e Saúde apresentam contas das pastas em audiências públicas

Taís Iatecola

taisiatecola@odiademarilia.com.br

A Câmara de Marília vai sediar, no próximo dia 27, duas audiências públicas para a apresentação de contas e recursos aplicados pela Fazenda e a Saúde no segundo quadrimestre deste ano. As convocações para participação foram publicadas na edição do Domm (Diário Oficial do Município de Marília) desta quarta-feira, dia 18.

Conforme o edital de convocação, o primeiro a prestar contas será o secretário municipal da Fazenda, Ramiro Bonfietti, a partir das 9h. Ele irá fazer a demonstração e avaliação das metas fiscais do período e a audiência terá duração máxima de duas horas, podendo ocorrer

perguntas da Comissão de Finanças, Orçamento e Servidor Público do Legislativo.

O edital explica ainda que a participação popular é permitida somente pelo e-mail da Câmara (camara@camar.sp.gov.br). Questionamentos e sugestões devem ser enviados até o horário de início da audiência.

Já o segundo edital de convocação publicado no Domm de ontem está relacionado à apresentação das contas da Secretaria Municipal da Saúde. O gestor da pasta, Marcelo Gallo Jorge Esteves, faz sua explanação assim que a da Fazenda for concluída. Ele irá apresentar as atividades desenvolvidas pela Saúde entre os meses de maio e agosto deste ano, assim como onde e como os recursos da

pasta foram aplicados. Também neste caso, a população pode participar através de envio de perguntas ao e-mail da Câmara.

IDOSOS / Ainda no Domm desta quarta-feira, o Comdim (Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos) publicou resolução que destina R\$ 160 mil a oito entidades que desenvolvem ações de atendimento ao idoso na cidade. Cada uma delas vai receber R\$ 20 mil para realizar evento alusivo ao Dia do Idoso, que é lembrado em 1º de outubro.

O recurso será destinado em parcela única e está proibida a sua utilização para outros fins. As entidades posteriormente terão que prestar contas da aplicação.

Norton Emerson



Audiências vão ocorrer na Câmara

PÓS

Escolhas que moldam o futuro

GRADUAÇÃO 2024/2

ESPECIALIZAÇÕES MBA'S MESTRADOS DOUTORADO

Eleitores sem biometria cadastrada poderão usar digital no dia do voto

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

Eleitores de Marília e região que ainda não registraram a biometria nos Cartórios Eleitorais poderão usar a digital no dia do pleito, em outubro. Isso porque um convênio firmado entre o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e órgãos de identificação do país permitirá o aproveitamento de até 4.012.564 de dados biométricos de cidadãos que votam em São Paulo.

O projeto Bioex (Biometrias de Órgãos Externos) é realizado por meio de acordos de cooperação técnica com diferentes órgãos, como o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt de São Paulo, responsável pelo repasse de 91%

dos dados, e a Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito), entre outros. O compartilhamento das informações segue os requisitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados.

É importante salientar que não haverá coleta da biometria no dia da votação, apenas a confirmação da impressão digital por esse grupo de eleitores que tiveram seus dados fornecidos por meio do Bioex. Quem fizer a validação da digital terá a biometria incluída no cadastro eleitoral, sendo válida para eleições futuras.

Segundo a Justiça Eleitoral, o uso da biometria na eleição é um dos recursos que torna a votação mais segura, impedindo que uma pessoa vote



Convênio entre o TSE e órgãos de identificação permitirá aproveitamento de dados

no lugar da outra. Atualmente, quase 80% do eleitorado paulista possui a identificação pela digital. Dos 34.403.609 de eleitoras e eleitores do estado, 27.168.964 (78,97% do total) contam com esse tipo de cadas-

tro. Não é obrigatório ter a biometria coletada para votação. Desde que a eleitora ou o eleitor esteja com o título regular, basta apresentar um documento oficial com foto aos mesários para votar nas Eleições 2024.

Valorizamos sua segurança e conforto.

Nossos serviços incluem revisão de freios, suspensão, troca de pneus e muito mais.

Siro Motores

(14) 3433-4404 / (14) 99707-3393

AV. REPÚBLICA, 1587 - MARÍLIA/SP

TURISMAR

Linhas Regulares

BORÁ	LÁCIO
CAMPOS NOVOS PTA.	LINS
CAFELÂNDIA	LUPÉRCIO
CAONCEIÇÃO M. ALEGRE	LUTÉCIA
DIRCEU (ENTRADA)	NOVA COLUMBIA
FAZ. VACARIA	OCAUÇU
GARÇA	OSCAR BRESSANE
GARDÊNIA	RIBEIRÃO DO SUL
GUARANTÁ	RIO DO PEIXE
IEPÊ	OURINHOS
JAJÁ	VERA CRUZ
JÚLIO MESQUITA	

Para mais informações entre em contato:

RODOVIÁRIA:
(14) 3413-3331

TURISMO E FRETAMENTO:
(14) 3451-1144

Das 46 candidaturas para a Câmara de Quintana, 32% são de mulheres

Taís Iatecola

taisiatecola@odiademaria.com.br

Atualmente, a Câmara de Quintana conta com apenas uma representante feminina. Mas com as eleições de 6 de outubro esse número pode aumentar na próxima legislatura. De acordo com as informações disponíveis no DivulgaCand, ferramenta das eleições do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Quintana tem 46 candidatos na disputa para nove

cadeiras do Legislativo, sendo que 32,6% são mulheres.

Além das postulantes à Casa de Leis, as duas candidaturas para a prefeitura têm como vices mulheres, Clarice Porto (Fernando Itapuã) e a atual vice-prefeita Luiza Relvas (Nilton Silvério). Todas as candidaturas femininas estão deferidas pela Justiça Eleitoral.

Ainda segundo o DivulgaCand, a maior parte das mulheres que pleiteia uma ca-

deira no Poder Legislativo de Quintana tem o ensino médio completo. Este é o grau de escolaridade de sete candidatas. Quatro têm o ensino superior completo, três possuem ensino superior incompleto e uma ensino fundamental incompleto.

A ferramenta mostra ainda a profissão destas candidatas, sendo que cinco delas são servidoras municipais. Há, também, recepcionista, enfermeira, dona de casa, estudante, bolsista e estagiária, comerciante, pedagoga e vereadora.

Este ano, para as eleições de outubro, Quintana conta com 5.331 eleitores aptos a irem às urnas. Dos eleitores, as mulheres são maioria, 51%, e os homens 49%, com a faixa

etária predominante de 45 a 59 anos.

REELEIÇÃO / Todos os que ocupam uma cadeira na Câmara de Quintana na atual legislatura vão tentar a reeleição no pleito de 6 de outubro. Entre as 46 candidaturas, até o fechamento desta matéria, apenas uma constava como aguardando julgamento e outra indeferida em prazo recursal. Restante já teve registro aprovado pela Justiça Eleitoral.

Para o cargo de prefeito, o atual chefe do Executivo Fernando Itapuã teve a candidatura deferida. Seu concorrente, o ex-prefeito Nilton Silvério consta como pedido deferido, mas com recurso.



Contratos de concessão em SP preveem revisão a cada 4 anos

Agência SP

A Revisão Ordinária (RO) é uma oportunidade para rever, a cada 4 anos, os contratos de concessão, geralmente com duração de 30 anos. Para todo esse período, é feito um plano de investimentos que a concessionária terá a obrigação de realizar, como duplicações, novos dispositivos e passarelas. Muitos investimentos são previstos conforme as expectativas ou projeções de como a demanda irá evoluir durante todo o período da concessão.

Em algumas situações, a demanda não evolui conforme as projeções de crescimento da economia e, conseqüentemente, do tráfego. Algumas regiões acabam se desenvolvendo mais do que o projetado à época da modelagem da concessão, enquanto outras não apresentam o crescimento de demanda esperado.

Isso torna a RO uma oportunidade de analisar quais investimentos previstos no plano original con-

tinuam fazendo sentido, quais não se mostram mais prioritários e se há necessidade de inclusão de novos investimentos, para se ter um cenário de investimentos aderente à evolução observada da demanda. Também é possível realizar adequações, como a revisão de parâmetros de atendimento ao usuário. Por exemplo, em contratos mais antigos de concessão, previa-se a instalação de call boxes (telefones de emergência) no acostamento das rodovias para solicitação de socorro ao usuário. Com a evolução tecnológica, tal exigência foi substituída pela implantação de rede wi-fi ou 4G ao longo da rodovia.

Qualquer cidadão pode apresentar contribuições ou pedidos de investimentos que não estavam previstos no plano original da concessão. Para isso, há diversos canais, como o Sisdemanda, acessado pelo site da Concessionária, além das consultas e audiências públicas realizadas em municípios dentro da área de concessão.

O DIA

Vicente Giroto (diretor-geral)

Departamento Digital
comercial@odiademaria.com.br

Samantha Ciuffa (Editora)
editor@odiademaria.com.br

Artigos assinados não representam a opinião do jornal.

O DIA - Av. Salvador Cordeiro, 305 - Marília-SP

Contato: (14) 99893-9665.

Assinatura anual: Marília - R\$720,00

Região de Marília: R\$860,00

Circulação: Alvinlândia, Herculândia, Gália, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Pompeia, Queiroz, Quintana, Ubarajara e Vera Cruz.

Unimar abre nova turma de doutorado em Direito para o estado do Maranhão

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

Com o objetivo de fortalecer e expandir as atividades de pesquisa e o desenvolvimento econômico em outras regiões do país, uma turma inédita de doutorado interinstitucional será aberta pelo PPGD Unimar (Programa de Pós-graduação da Universidade de Marília), em parceria com a SVT Faculdade, localizada na cidade de São Luís, no estado do Maranhão.

A iniciativa é viabilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, por meio do Dinter (Programa de Doutorado Interinstitucional), que auxilia na capacitação de doutores em áreas onde as redes de ensino e pesquisa ainda não estão plenamente desenvolvidas.

Fazendo parte dos Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior da Capes, o objetivo é facilitar a formação de doutores para integrarem o corpo docente permanente de instituições distantes dos grandes centros de ensino e pesquisa, visando reduzir as atuais disparidades.

Para o reitor da Unimar, Dr. Márcio Mesquita Serva, a pós-graduação é um pilar importantíssimo na universidade, que eleva ainda mais o nível de



Programa de Pós-graduação da Unimar lança curso em parceria com a SVT Faculdade

qualidade de uma instituição de ensino. “A aprovação deste Dinter representa um marco importante para a nossa universidade, elevando a qualidade e a relevância da nossa pós-graduação. Esse avanço reflete o nosso compromisso contínuo com a excelência acadêmica, formando profissionais altamente capacitados em locais mais distantes do nosso Estado e ampliando o impacto da nossa produção científica”, destaca.

Para a pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação e Ação Comunitária da Unimar, Profa. Dra. Fernanda Mesquita Serva, “o objetivo é preparar e qualificar doutores em Direito no Maranhão, visando tornar o Estado autossuficiente na formação de profissionais altamente capacitados nessa área de conhecimento. Dessa forma, buscamos impul-

sionar e promover o avanço das atividades de pesquisa científica na região, fortalecendo a produção de conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento local de maneira sustentável e contínua”, diz.

O corpo docente para a turma do Maranhão será composto por 16 professores do PPGD Unimar e três professores da

SVT Faculdade, totalizando 19 especialistas altamente qualificados para atender às demandas do curso.

De acordo com o coordenador do PPGD Unimar, Prof. Dr. Jonathan Vita, trata-se de um projeto de cooperação institucional para a realização de um Curso de Doutorado com área de concentração em Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social. “O projeto se justifica como continuidade de formação de um grupo que, recentemente, concluiu um Mestrado Interinstitucional (Minter) desenvolvido entre as duas instituições. É relevante para a qualificação e aprimoramento de profissionais da área do Direito, especialmente, de docentes, numa região assimétrica do país”, explica o coordenador.



Fazem parte do projeto 16 professores da Unimar e outros três da SVT Faculdade

ON AIR

JOVEM PAN NEWS MARÍLIA

102,9

Richard Itapuã tem registro negado pela Justiça para concorrer em Herculândia

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

O candidato Richard Itapuã, do PSD (Partido Social Democrático), teve o registro indeferido pela Justiça Eleitoral para concorrer à Prefeitura de Herculândia nas eleições de outubro. A decisão foi baseada na denúncia do MPE (Ministério Público Eleitoral), que alega improbidade administrativa e crime contra o patrimônio público.

De acordo com a sentença, Richard, que compõe a Federação Brasil da Esperança, composta pelo PSD, PT (Partido dos Trabalhadores), PV (Partido Verde) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), está condenado desde o dia 24 de outubro de 2023 em ação de improbidade administrativa, “fundamentada nos danos ao erário e pela violação aos princípios da administração pú-

blica”. O caso já foi analisado pela 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, posteriormente, pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) e pelo STF (Supremo Tribunal Federal), tendo transitado em julgado. Nesse processo, entre as sanções aplicadas pelo juízo condenatório, também foi fixada a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, com início a partir da data da decisão da Justiça.

A decisão do juiz eleitoral Paolo Pellegrini Junior foi publicada no dia 9 de setembro. Um dia depois, a defesa de Richard Itapuã entrou com recurso contra a impugnação do registro do candidato alegando “ausência de qualquer hipótese de inelegibilidade, ocorrência da preclusão consumativa e falta de preenchimento dos requisitos previstos na lei”. Mas no



TSE

MPE alega que Richard está sem os direitos políticos; candidato recorreu da decisão

dia 12 deste mês o promotor eleitoral da 184ª Zona Eleitoral entrou com contrarrazão de recurso, afirmando que a impugnação “está assentada em variados fundamentos e que cada um deles, por si só, já é suficiente para impedir o registro da candidatura do impugnado”.

O sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mostra o candidato ainda concorrendo ao pleito municipal e que o processo tramita em 2ª instância. A reportagem do O DIA procurou o candidato Richard Itapuã, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno.

TSE reconhece ilegalidade de bet eleitoral para apostas em candidatos

André Richter - Agência Brasil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu nesta terça-feira (17) reconhecer a ilegalidade de apostas financeiras em candidatos às eleições de 6 de outubro.

A medida foi tomada por unanimidade pelos ministros para barrar as chamadas “Bets Eleitorais”, serviço de jogos de apostas que se proliferaram em sites na internet e aplicativos de celular durante a campanha.

Pela decisão do TSE, o serviço de apostas eleitorais passa a ser considerado ilícito eleitoral e pode ser enquadrado como abuso de poder econômico e captação ilícita de votos pela Justiça Eleitoral.

A alteração nas normas do tribunal para explicitar que as apostas eleitorais são ilegais foi proposta pela presidente do

TSE, Cármen Lúcia.

Segundo a ministra, a realização de apostas com prognósticos de resultados das eleições e com ofertas de vantagens financeiras para aliciar eleitores é considerada ilegal pela legislação.

“Eu estou propondo, tendo

em vista as modificações que nós estamos vendo em práticas ilícitas, nas quais os juízes eleitorais, a Justiça Eleitoral, precisa de responder juridicamente”, afirmou.

O primeiro turno das eleições será no dia 6 de outubro. O segundo turno da disputa

poderá ser realizado em 27 de outubro nos municípios com mais de 200 mil eleitores, nos quais nenhum dos candidatos à prefeitura atingiu mais da metade dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos, no primeiro turno.

Marcelo Camargo



Prática pode ser enquadrada como abuso de poder econômico; decisão foi feita pelo Tribunal Superior Eleitoral nesta semana

Estado aplica mais de R\$ 25 milhões em multas na Operação SP Sem Fogo

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

Balanço realizado pelo governo do Estado sobre a operação São Paulo Sem Fogo mostra que, de janeiro a setembro deste ano, foram aplicados mais de R\$ 25 milhões em multas para crimes relacionados a queimadas criminosas, e efetuadas 23 prisões de pessoas suspeitas de envolvimento em ações de início intencional de fogo.

No mesmo período, foram atendidas 2.392 ocorrências e vistoriados 2.159 focos de incêndio em vegetação e lavrados 420 autos de infração ambiental, abrangendo mais de 107 mil hectares de áreas afetadas, o equivalente a 115 mil campos de futebol em todo o Estado.

O monitoramento e a fiscalização são trabalhos conjuntos de diversos órgãos do governo, entre eles a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo e a Polícia



As ações coordenadas dos diversos órgãos do governo foram definitivas para o controle

Militar Ambiental.

Cada ponto de queimada identificado pelos satélites de monitoramento é vistoriado, para que os responsáveis sejam identificados e punidos. Os procedimentos de controle incluem o acesso aos telefones das brigadas mais próximas e o suporte da Polícia Militar Ambiental nas vistorias preventivas, garantindo uma resposta rápida e eficiente.

REDUÇÃO /Desde o final de semana, o número de focos de incêndio ativos no Estado teve redução de 88%, na comparação com a semana anterior, quando foram registrados 262 focos, de acordo com levantamento CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências) da Defesa Civil. A redução ocorre após a queda na temperatura e a ação integrada para combate às queimadas reali-

zada pelos órgãos públicos.

Além das ações da Polícia Ambiental, a FF (Fundação Florestal), responsável pelas Unidades de Conservação do Estado, também intensificou as ações nas últimas semanas e suspendeu a visitação a 81 Parques Estaduais, como forma de prevenção para proteger os visitantes e a população do entorno destas localidades.

A FF ampliou o número de bombeiros civis em quase 80% neste mês para combater as chamas, passando de 57 para 102 profissionais. A estrutura conta ainda com mais de 200 brigadistas e 70 vigilantes. A Fundação informou que a área queimada nas Unidades de Conservação é de cerca de 700 hectares, o que corresponde a apenas 0,07% da área total protegida de mais de um milhão de hectares. O número de animais silvestres vítimas dos incêndios chegou a 80: 44 mortos e 36 estão em tratamento.

Chefes dos Três Poderes discutem aumento de penas a crimes ambientais

Wellton Máximo - Agência Brasil

Os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do Senado, Rodrigo Pacheco; e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, disseram concordar que a onda de incêndios florestais que afeta o país tem origem criminosa. Em reunião nesta terça-feira (17) entre os chefes dos Três Poderes para discutir medidas para enfrentar a crise climática, eles falaram sobre um eventual aumento de penas para os criminosos.

“Não se pode acusar, mas que há suspeita [de crime], há”, declarou Lula no encontro. “O dado concreto é que, para mim, parece muita anormalidade.” O presidente da República disse considerar estranhas as convocações para o ato promovido na Avenida Paulista em

Sete de Setembro com a frase “Vai pegar fogo”.

Pacheco disse acreditar haver uma coordenação entre os incêndios. “É muito evidente que, diante desse contexto, a quantidade de focos [de incêndios], há, sim, uma orquestração, mais ou menos organizada, que pretende incendiar o Brasil”, declarou. Lira considera que há uma influência criminosa na onda de incêndios. “Estamos enfrentando um problema iminente de organizações criminosas, inclusive no atear fogo”, afirmou.

PENAS /O aumento de penas para crimes ambientais também foi tema da reunião. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, disse estar discutindo com a Advocacia-Geral da União (AGU) uma proposta

para aumentar as penas para incêndios florestais, atualmente com punições mais brandas que as de um incêndio comum.

“No incêndio normal, a penalidade é de três a seis anos e, no incêndio florestal, um crime ambiental, é de dois a quatro anos. Então o que se vai buscar é pelo menos igualar”, explicou.

Também presente ao encon-

tro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, defendeu que o Congresso discuta o aumento de penas para crimes ambientais. “No incêndio normal, a penalidade é de três a seis anos e no incêndio florestal, um crime ambiental, é de dois a quatro anos. Então, o que se vai buscar é pelo menos igualar”, disse.

Ricardo Stuckert



Presidente Lula, Pacheco e Lira dizem concordar que incêndios são criminosos